

Os conflitos dos últimos 25 anos (I)

Luís Moita*

Janus 2005

Existem razões para admitir que as grandes transformações do ordenamento internacional têm estado associadas a guerras. Foi assim com a Guerra dos Trinta Anos, que não se limitou a um conflito religioso entre católicos e protestantes, mas constituiu uma guerra internacional de grande dimensão, envolvendo a Suécia, a França e o Império dos Habsburgos, e dela resultou uma nova Europa progressivamente assente em Estados nações. Foi assim com as guerras revolucionárias francesas e as do período napoleónico, que estiveram na origem de novas configurações para as sociedades da Europa e acabaram por gerar o “concerto das potências” europeias, após a vitória inglesa em Waterloo. Foi assim, evidentemente, com as duas guerras mundiais do século XX que abalaram essas mesmas potências europeias, substituindo-as por duas novas super potências que, durante meio século, geriram o mundo em condomínio bipolar.

Os nossos tempos, porém, assistiram a uma convulsão de enorme envergadura no sistema internacional, sem que essa transição fosse acompanhada de guerra, pelo menos de guerra de dimensão equiparável às anteriores, ou seja, de uma “guerra global”. A derrocada do império soviético e a unificação da Alemanha introduziram alterações profundas no mapa político da Europa e do mundo, sem guerra. A Checoslováquia separou-se tranquilamente em dois países, sem guerra. É verdade que a desagregação da Jugoslávia se fez com grande violência e que a conflitualidade persiste em vastas regiões do Cáucaso, mas são guerras razoavelmente localizadas, bem diferentes das “guerras globais”. Verifica-se assim uma certa rarefacção do fenómeno guerra. Não quer dizer que o nosso mundo esteja menos devastado pela violência que no passado, mas tornaram-se comparativamente raras as guerras travadas entre Estados, as guerras convencionais que opunham uma nação a outra.

O balanço que se pode fazer dos conflitos dos últimos vinte e cinco anos (ver caixa sobre os conflitos interestatais) mostra justamente como foram escassas as guerras entre países. Além disso, numerosos pontos de crise e zonas sensíveis, onde existiria probabilidade de conflito armado, como entre as duas Coreias, ou as duas Chinas, ou os antagonismos EUA-Cuba, Rússia-Japão, Índia-Paquistão, e mesmo Grécia-Turquia, não redundaram em guerras. Mais ainda: as poucas “guerras de conquista” que se verificaram não tiveram resultados positivos, no sentido em que nenhum Estado agressor, nenhum país que teve a iniciativa de desencadear operações militares com intuítos de conquista, alcançou os seus objectivos (com uma ou outra excepção, pouco significativa).

Este último ponto é especialmente relevante. No passado, a maioria das guerras tinha motivações territoriais, fossem litígios fronteiriços, fossem reivindicações de territórios, fossem ambições expansionistas, e terminavam muitas vezes pela ocupação e submissão de uns povos a outros. Nos nossos tempos, a conquista territorial parece ter caído em desuso e, quem inicia uma guerra de conquista, perde-a. Isso ocorreu quando a Somália pretendeu conquistar o Ogaden à Etiópia, quando a Argentina tentou recuperar pela força as Malvinas, quando o Iraque atacou o Irão para anexar o Shatt-el-Arab e invadiu Kuwait para o conquistar, quando a



Eritreia se lançou contra a Etiópia por uma faixa de território desértico. Em todos estes casos, as guerras fracassaram e os agressores não saíram compensados.

As guerras de baixa intensidade

Mao Tse-Tung liderou a revolução camponesa na China e teorizou sobre a guerra popular prolongada, defendendo que o poder está na ponta da espingarda. Durante décadas, as forças de esquerda, em numerosos pontos do mundo mas especialmente nos continentes do Sul, conduziram ou sustentaram guerrilhas populares, na convicção de que elas eram uma forma superior de luta, tanto pelo potencial libertador que encerravam como pela capacidade transformadora que prometiam. A guerrilha era por excelência, no seu próprio radicalismo, luta emancipatória e metodologia revolucionária. Desde a China e o Vietname, até à Argélia e às colónias portuguesas, passando por Cuba e pela Nicarágua, as guerrilhas foram somando êxitos, nessa dupla vertente de lutas de libertação e de instauração de regimes revolucionários. Mas essa promessa deixou de se cumprir quando entrámos na década de 80.

A revolução sandinista da Nicarágua poderá ter sido o último episódio de uma “luta popular prolongada” vitoriosa. A partir de 1980 mais nenhum movimento de guerrilha chega ao poder pela via armada, com excepção da Frente Popular de Libertação da Eritreia, a qual, mesmo assim, se submete a um referendo de legitimação. Por essa mesma ocasião desponta um fenómeno insuspeitado: a guerrilha passa a ser usada, não já pelas forças de esquerda como forma libertadora, mas pelas correntes ditas contra-revolucionárias, apoiadas pela própria administração norte-americana: os “fedahin” no Afeganistão, a UNITA em Angola, a RENAMO em Moçambique, os “Contra” na Nicarágua... E aparece a expressão “guerra de baixa intensidade”. O que é surpreendente é que o conjunto destes conflitos armados parece ter de comum a ausência de resultante militar. Dir-se-ia que eles não terminam graças a uma vitória (e a uma correspondente derrota), mas acabam ou por via de negociação pacífica, ou por desfecho político, ou simplesmente por inanição.

O inventário – não exaustivo – exposto na caixa sobre as guerras de baixa intensidade documenta com grande evidência esta realidade que é a do arrastamento dos conflitos sem solução militar. O levantamento de várias dezenas de guerrilhas, espalhadas pelos diversos continentes nestes últimos vinte e cinco anos prova que a apregoada força das armas não tem encontrado eficácia para a obtenção de vitórias militares. Tal conclusão soma-se à verificação da relativa raridade das guerras interestatais e leva a pensar que estamos perante uma tendência relevante da conflitualidade nos nossos tempos: a tendência para o desgaste da violência armada como forma de resolução de conflitos. A importância do tema justifica que prolonguemos a reflexão no texto seguinte.



25 ANOS DE CONFLITOS INTERESTATAIS (UM INVENTÁRIO NÃO EXAUSTIVO)

A. As guerras de “conquista” ou de anexação territorial parecem ter entrado definitivamente em desuso; as poucas que ocorreram, revelaram-se inconsequentes:

- Somália – Etiópia (tentativa frustrada de recuperação pela Somália da província do Ogaden, na Etiópia, entre 1976 e 1981, sobretudo 1977).
- Iraque – Irão (tentativa frustrada de conquista territorial pelo Iraque do Shatt-al-Arab iraniano no Golfo Pérsico entre 1980 e 1988).
- Argentina – Inglaterra (tentativa frustrada de recuperação pela Argentina das ilhas Malvinas, em 1982).
- Iraque – Kuwait (tentativa de anexação pelo Iraque – impedida pela “Tempestade no deserto” em 1991).
- Eritreia – Etiópia (tentativa frustrada de recuperação territorial por parte da Eritreia e contra-ofensiva etíope, de 1998 a 2000).

Uma possível exceção: a conquista pela Arménia, contra o Azerbaijão, do Nagorno Karabah e do corredor de Latchine, perfazendo cerca de 15% do território do Azerbaijão.

B. Importantes intervenções armadas, por parte de grandes potências militares, levaram a retiradas inglórias após conflitos mais ou menos intensos:

- China no Vietname (1979).
- URSS no Afeganistão (desde 1979 até 1988).
- África do Sul em Angola (a partir de 1980).
- Israel no Líbano (desde 1982 até 2000).
- EUA na Somália (1992-93).

Algumas exceções: a intervenção do Vietname no Camboja entre 1979 e 1989, as intervenções norte-americanas em Grenada (1983) e no Panamá (1989) – que mais propriamente se identificam com “operações policiais”.

C. Relevantes contenciosos interestatais não desembocaram em guerras (para já não falar das frequentíssimas disputas de fronteiras, pois se estima que das 309 fronteiras terrestres existentes, 17% são contestadas, e 39 países estão implicados em querelas de jurisdição sobre arquipélagos ou ilhas); vejamos alguns exemplos significativos de diferendos de que não têm resultado guerras:

- Coreia do Norte – Coreia do Sul
- EUA – Cuba.
- Rússia – Japão (Ilhas Curilhas).
- Grécia – Turquia (sobre Chipre e fronteira marítima).
- Índia – Paquistão (não obstante incidentes graves e crises agudas, sobretudo em Caxemira).



- China – Taiwan (incluindo as ilhas Spratly).

Uma exceção de relevo é a série de conflitos dos Grandes Lagos, envolvendo o Uganda, o Ruanda, o Burundi, o Congo-Zaire e as vastas coligações africanas empenhadas nesta guerra. Todavia, também ali se verifica o arrastamento dos conflitos sem solução militar no horizonte.

D. Importantes convulsões no mapa político de regiões sensíveis processaram--se sem guerras de envergadura:

- Reunificação da Alemanha (1990).
- Desmoronamento do império soviético (1990).
- Separação da Checoslováquia (1993).

Excepções também relevantes: a desagregação da ex-Jugoslávia e a conflitualidade no Cáucaso

25 ANOS DE CONFLITOS: GUERRAS DITAS DE BAIXA INTENSIDADE (UM INVENTÁRIO NÃO EXAUSTIVO)

A. Lutas populares armadas vitoriosas: durante 30 anos, foram numerosos os casos de lutas populares, sob forma de guerrilha, que atingiram os seus objectivos militares, alcançando vitórias de pendor revolucionário e/ou anticolonial; aliás, as potências coloniais nunca venceram as lutas armadas desencadeadas nas suas colónias (com uma única exceção – provisória – dos ingleses na Malásia). Eis exemplos marcantes:

- China – vitória da revolução comunista em 1949.
- Vietname – luta de libertação de 1946 a 1954.
- Quénia – revolta Mau-Mau de 1952 a 1956.
- Cuba – guerrilha castrista de 1952 a 1959.
- Argélia – luta de libertação de 1954 a 1962.
- Angola – luta de libertação de 1961 a 1974.
- Guiné-Bissau – luta de libertação de 1963 a 1974.
- Moçambique – luta de libertação de 1965 a 1974.
- Vietname – luta anti-americana até 1975.
- Nicarágua – vitória da revolução sandinista em 1979.

B. Entre 1980 e a actualidade, diversos casos de lutas populares armadas de libertação (situações residuais do colonialismo afro-asiático) vieram a resolver-se, sem desfecho propriamente militar, por formas legais, pacíficas e democráticas:

- Rodésia (após décadas de guerrilha contra a “independência branca”, processo legal conduzido pela Grã-Bretanha, eleições e independência em 1980).
- Namíbia (após luta armada da SWAPO, conversações, eleições e independência em 1990).
- República da África do Sul (após décadas de guerrilha conduzida pelo ANC, o processo pacífico termina com a eleição de Nelson Mandela para Presidente em 1994).



- Timor-leste (referendo em 1999). Uma excepção no caso da Etiópia: em 1991, a Frente Popular de Libertação da Eritreia tomou o poder pela força em Asmara (embora a independência formal da Eritreia seja posterior ao referendo de 1993) e, no mesmo ano de 1991, a Frente Popular de Libertação do Tigrá tomou o poder em Adis-Abeba.

C. Ao longo dos anos 90, várias lutas armadas, sejam “revolucionárias” sejam “conservadoras”, foram cessando as suas intervenções sem resultante militar conclusiva:

- Resistência Nacional ou “Contra”, na Nicarágua, entre 1980 e 1990.
- Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional, em El Salvador, entre 1980 e 1992.
- RENAMO em Moçambique, entre 1980 e 1994.
- UNRG – União Nacional Revolucionária Guatemalteca, na Guatemala, entre 1982 e 1996.
- Frente de Libertação Nacional Kanak, contra a ocupação francesa na Nova Caledónia, em 1984-85.
- EZLN – Exército Zapatista de Libertação Nacional, no México, desde 1996 até 2001 (ainda não inteiramente desactivado); outros grupos subsistem com fraca expressão: o Exército Revolucionário Popular e o Exército Revolucionário de Insurreição Popular.

D. Nas duas últimas décadas, têm prosseguido nos diversos continentes conflitos armados que se arrastam sem solução militar: Europa e Médio Oriente

- Palestina – violência crónica desde há décadas; luta armada da Al Fatah (mais tarde integrada na OLP) desde 1965.
- Irlanda do Norte – acções armadas do IRA, desde 1968, recrudescendo a partir de 1972 (está em curso o processo de paz iniciado em 1998).
- País Basco – acções armadas da ETA, desde 1968.
- Líbano – guerra civil entre 1975 e 1990.
- Córsega – acções armadas da Frente de Libertação Nacional da Córsega, desde 1976.

África

- Sudão – luta entre o Norte e o Sul desde 1955 até à actualidade, com ligeira acalmia entre 1972 e 1983.
- Sara Ocidental – guerrilha da Frente POLISARIO contra Marrocos desde 1975, agora com cessar-fogo, mas impasse no processo pacífico para referendo.
- Angola – actividade intermitente da FLEC – Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (que subsiste após o termo da guerrilha da UNITA, iniciada em 1975 até 2000).
- Senegal – guerrilha separatista do Movimento Democrático de Libertação de Casamansa, desde 1980.
- Somália – violência crónica desde 1988, com desagregação do Estado central, sobretudo a partir de 1991.
- Libéria – violência crónica desde 1990.



- Argélia – actividade do AIS – Exército Islâmico de Salvação e do GIA – Grupo Islâmico Armado desde 1992, seguida de violência crónica; frequentes revoltas berberes na Kabília.
- Serra Leoa – violência crónica desde 1993.
- Grandes Lagos – violência crónica desde 1994, abrangendo a vasta região compreendida pelo Uganda, Ruanda, Burundi, Zaire-Congo e coligações de apoio aos blocos em presença.
- Costa do Marfim – violência crónica desde 1999.

Ásia

- Birmânia – guerrilha do povo karen desde 1948, com conflitos actuais na fronteira com a Tailândia.
- Curdos – acções armadas dos independentistas curdos no Iraque, desde 1961, e na Turquia (PKK) desde 1978.
- Filipinas – guerrilha do Novo Exército Popular, desde 1969, da Frente Moro de Libertação Islâmica, desde 1970, e de outros grupos menos significativos.
- Afeganistão – guerra civil e violência crónica desde 1979; a partir de 1994, violência dos Taliban e resistência no Norte do país; actualmente violência disseminada na generalidade do território.
- Sri Lanka – guerrilha separatista dos Tigres tâmiles desde 1983.
- Tchetchénia – guerrilha separatista contra a Rússia desde 1994.
- Indonésia – separatismo no Aceh e no Irian-Jaya com maior intensidade a partir de 1998.
- Nepal – guerrilha maoísta desde 1996.

América Latina

- Colômbia – violência crónica em torno do narcotráfico desde 1964; guerrilha do M-19 entre 1970 e 1990; actualmente estão activas as FARC – Forças Armadas Revolucionárias Colombianas e grupos paramilitares, verificando-se um envolvimento norte-americano.
- Peru – prosseguimento de algumas acções do Sendero Luminoso (activo desde 1978) e do Movimento Revolucionário Tupac Amaru (desde 1982).

* **Luís Moita**

Vice-Reitor da UAL.



Os conflitos nos últimos 25 anos (II)

Luís Moita*

Janus 2005

Até há pouco tempo, as guerras ganhavam-se ou perdiam-se, eram desencadeadas com o objectivo de alcançar a rendição do adversário ou com a expectativa de ganhos proporcionalmente vantajosos, havia vencedores e vencidos. Podia dizer-se com razoável precisão: Israel ganhou a guerra de 1967, o Vietname do Norte venceu o Vietname do Sul, Fidel Castro derrotou Fulgêncio Baptista, o movimento de libertação na Argélia tomou o poder pela via armada, a guerrilha sandinista derrubou a ditadura de Somoza. Guerras convencionais entre Estados, lutas anticoloniais ou sublevações violentas contra regimes opressivos tinham o seu desfecho, saldavam-se por vitórias ou derrotas.

Em contrapartida, como vimos no texto anterior, as intervenções armadas no quadro dos conflitos interestatais dos últimos tempos deixam-nos a sensação de ineficácia, de inutilidade. Quando há a decisão política de utilizar meios militares, presume-se que exista a expectativa de obtenção de resultados (eles próprios políticos). Mas a prática tem demonstrado défice de vantagens políticas e frustração quanto às vantagens esperadas. Talvez o símbolo máximo dessa situação se localize na década de 80, na mais sangrenta guerra dos últimos anos, a que opôs o Iraque e o Irão em nome de reivindicações territoriais e para disputa de hegemonia regional, e que terminou sem resultados militares, não obstante o milhão de mortos. Pelo seu lado, dos movimentos de libertação tradicionais, nenhum obteve a esperada vitória pela força das armas, antes as suas lutas se arrastaram interminavelmente ou eles mudaram de estratégia.

Em África, a Frente Polisário não conseguiu a independência do Sara Ocidental, enquanto a ZANU no Zimbabué, a SWAPO na Namíbia e o ANC na África do Sul chegaram ao poder pela via eleitoral e não por força de vitória militar. Na Palestina, a OLP preferiu a Intifada às operações armadas, enquanto os atentados violentos estão longe de alcançar dividendos. As acções violentas na Nova Caledónia apenas abalaram a presença colonial francesa. Os separatismos nas Filipinas e na Indonésia não parecem em vias de ter êxito militar. A independência de Timor-Leste, por maior que tenha sido o heroísmo das FALINTIL, ficou talvez a dever-se prioritariamente à organização clandestina da resistência, à luta política nas cidades e ao papel da Igreja. Simultaneamente, o que se passava com os grupos radicais europeus, que optaram pela luta armada em sociedades democráticas, permitia um balanço negativo sobre a eficácia do uso da violência. “Baader-Meinhof ” na Alemanha, “Brigate Rosse” na Itália, “Brigadas Revolucionárias” em Portugal, ETA em Espanha.... são porventura os casos mais conhecidos da incapacidade de atingir objectivos políticos através da luta armada (talvez com a excepção do IRA na Irlanda, que aceitou a via da negociação). Tais grupos desagregaram-se ingloriamente ou prosseguem uma actividade mais próxima da criminalidade que da acção política.



Quanto às guerrilhas revolucionárias, a regra tem sido a desistência ou a difícil sobrevivência. Veja-se a América Latina: Montoneros na Argentina, Tupamaros no Uruguai, Sendero Luminoso no Peru, M-19 na Colômbia, Unidad Revolucionaria Nacionalna Guatemala, Frente Farabundo Martí em El Salvador – com destinos diferentes, poderá falar-se em êxitos revolucionários? Só no México a prolongada experiência zapatista de Chiapas parece conjugar força militar, mobilização democrática e luta pelos direitos de minorias ameríndias. Na Ásia, antigas oposições armadas prosseguiram combates inglórios na Birmânia, na Malásia e na Tailândia. Nas Filipinas não foi a guerrilha que obrigou Marcos ao exílio, foi Corazón Aquino. Como antes tinha sido um religioso, um imã, a depor o xá do Irão. A resistência do povo curdo não logrou restabelecer a unidade e a soberania do Curdistão.

A violência dos separatistas patanes e beluchis no Paquistão, dos sihks na Índia e dos tâmeles no Sri Lanka não satisfaz as suas reivindicações. Em África, só os tigrinhas da Etiópia, apesar de minoritários, conseguiram tomar o poder em Addis Abeba, como mais tarde a frente anti-Mobutu no Zaire. Mas o panorama das lutas no continente é desolador, com relevo para a zona dos Grandes Lagos. Na Serra Leoa, no Sudão, na Somália, na Libéria, na Costa do Marfim as guerrilhas apodrecem sem solução militar à vista, numa situação só comparável à longa agonia dos khmers vermelhos no Camboja ou à sangrenta ineficácia da violência fundamentalista na Argélia.

Incertezas interpretativas, causas múltiplas e conclusões provisórias

Está absolutamente fora de causa insinuar qualquer pretensa “lei” da história, segundo a qual na nossa era a guerra teria entrado em declínio, ou arriscar qualquer conclusão apressada donde se pudesse deduzir a obsolescência das forças armadas ou a improbabilidade de novos conflitos sangrentos. Seria também insensato ignorar que há comunidades que se mobilizam pela defesa dos territórios dos seus antepassados, que há fanáticos que heroicamente se imolam por causas sagradas, que a escassez de recursos vitais pode ser um factor crítico potenciador de conflitos, que o comércio de armas continuará a ser rendoso ao ponto de instigar novas guerras.

Mas todas estas evidências não impedem que os factos pareçam apontar para a relativa ineficácia da utilização dos meios militares com vista à resolução de conflitos entre as comunidades humanas. O recurso a esses meios poderá estar a tornar-se não apenas moralmente condenável como ainda estrategicamente inadequado. Temos por agora alguma dificuldade em identificar as causas desta presumível tendência. Pode invocar-se a perigosidade dos arsenais disponíveis e o consequente efeito de dissuasão: a sofisticação dos armamentos e o seu poder destrutivo provocariam inibição para dar o primeiro tiro.

Pode argumentar-se com a desproporção dos meios usados para obter os fins em vista: os custos da guerra já não seriam compensadores face aos eventuais ganhos políticos, enquanto a relativa desvalorização dos territórios tende a tornar obsoletas as guerras de conquista. Não faltam razões de ordem ecológica para dissuadir a utilização de meios militares: os riscos para o equilíbrio – quando não para a sobrevivência – do ecossistema são hoje demasiado visíveis. Será também verdade que o expansionismo das potências deixou de precisar do domínio físico para impor hegemonias: o “*soft power*” tende a substituir o “*hard power*”. Para alguns, as



“guerras económicas” levariam a suplantar as “guerras militares” porque, esse sim, será o teatro de operações onde se jogam os grandes conflitos. E a densidade das interdependências é de tal modo acentuada que a iniciativa da guerra pode implicar fortes prejuízos recíprocos. Por muitas razões, a ideologia guerreira tem sofrido um processo de deslegitimação, seja pela via da crítica ao nacionalismo exacerbado, seja porque se tende a estabelecer relação entre a disseminação da democracia e a resolução pacífica dos conflitos. Finalmente, não será certamente desprezível a existência de dispositivos internacionais tendentes a impedir ou estancar a violência, através da mediação, da arbitragem e do acatamento da jurisprudência internacional. Seja como for, a observação atenta da conflitualidade dos últimos 25 anos, entre 1979 e 2004, permite assim avançar algumas conclusões provisórias:

- Verificaram-se grandes transições geopolíticas, sem guerra global;
- A conquista territorial caiu em desuso;
- Quem inicia uma guerra de conquista, perde-a;
- As guerras interestatais tornaram-se comparativamente mais raras;
- As guerrilhas ou lutas populares prolongadas, designadas como “guerras subversivas” ou “guerras de baixa intensidade”, raramente tiveram êxito;
- Existe uma tendência para o arrastamento dos conflitos, sem solução militar.

Ineficácia dos meios militares?

A estas conclusões provisórias, algumas outras reflexões se devem acrescentar, todas elas apontando na direcção da possível perda de eficácia dos meios militares. Um primeiro tópico reporta-se ao que o sociólogo alemão Ulrich Beck designa “sociedade de risco”, enquanto característica predominante da nossa actualidade: a presente civilização desenvolveu processos altamente produtores de riscos, os quais já não derivam de factores naturais, mas têm origem na intervenção humana, abrangendo aspectos tão distintos como, por exemplo, a possibilidade de desequilíbrio do ecossistema, a contaminação nuclear, o aquecimento global, a desflorestação massiva, a extinção de espécies vivas, as pandemias como a SIDA, as ameaças presentes na cadeia alimentar e assim por diante. Ora, é sintomático que nenhum destes perigos seja susceptível de combate por instrumentos de violência ou por força armada.

Apesar do seu carácter global e da rede de interdependências que determinam, estes riscos não cedem a medidas de tipo militar. Outro tipo de riscos se somam a estes e integram já em si mesmos elementos de violência armada, como é o caso do terrorismo global. O que os factos têm demonstrado é que os meios militares convencionais se estão a manifestar inadequados para prevenir ou punir os actos terroristas. Mais ainda, os territórios das próprias super potências deixaram de gozar da invulnerabilidade que parecia caracterizá-los, perdendo a sua tradicional natureza de “santuários”, ao abrigo de qualquer ataque inimigo. Não obstante os excepcionais dispositivos defensivos instalados em permanência, o World Trade Center, o Pentágono, um teatro de Moscovo, um comboio de Madrid, ou um bairro de Telavive são hoje alvos possíveis de operações terroristas. Isto significa que o sobre-armamento não garante a invulnerabilidade.

Por sua vez, a análise das operações militares convencionais levadas a efeito neste último quarto de século leva a concluir que o poderio militar, mesmo quando em absoluto desproporcionado face a adversários incomparavelmente mais fracos, não



garante a obtenção dos desígnios políticos em que assentaram as mesmas operações. Os factos inventariados no ponto B. da caixa do texto anterior, acerca dos conflitos interestatais, apontam exactamente para essa tendência. Basta recordar que o potencial soviético não logrou vergar o Afeganistão entre 1979 e 1988, ou que a superioridade da África do Sul não bastou para vencer Angola nos anos 80, ou que os poderosos “*marines*” foram humilhados pelos “senhores da guerra” somalis em 1992-93, ou que o esmagador poderio israelita tem-se mostrado incapaz de neutralizar a resistência palestina, da mesma maneira que a Rússia se tem revelado incapaz de resolver a questão da Tchetchénia, primeiro com Ieltsin entre 1994 e 1996, agora com a linha dura de Putin, desde 1999. Esta verificação torna-se particularmente enigmática quando aplicada à experiência militar dos EUA nos últimos 25 anos, ou mesmo um pouco mais, se quisermos recuar até meados da década de 70, para incluir a retirada do Vietname.

O levantamento que fazemos em caixa é, sem dúvida, surpreendente, se recordarmos que estamos a falar daquela que a linguagem técnica qualifica como “hiperpotência”, justamente para assinalar o seu excepcional poderio, de onde se poderia esperar um balanço militar heróico. Em vez disso, encontramos uma sucessão de fracassos, à mistura com reduzidas vitórias e operações inconsequentes. É verdade que algumas acções bélicas norte-americanas foram razoavelmente bem sucedidas, como aconteceu em Granada e no Panamá, e mesmo parcialmente no Haiti. Mas trata-se de iniciativas dirigidas a pequenos países da mais directa esfera de influência dos EUA, nessa região das Caraíbas e da América Central. Nestes casos estaríamos mais próximos das operações policiais do que propriamente de actos de guerra em grande escala. No período em apreço, países árabes e islâmicos foram alvo, nos anos 80 e 90, de intervenções militares caracterizadas por bombardeamentos aéreos de retaliação selectiva, em resposta a acções contra objectivos norte-americanos. Tal ocorreu na Líbia, no Sudão, no Afeganistão e no Iraque – mais do que actos de guerra propriamente dita, podem ser classificados com propriedade como raids punitivos.

A lista das acções redondamente fracassadas, sem ser longa, é bastante elucidativa. No processo dos reféns do Irão, no sul do Líbano, na já referida Somália, as forças norte-americanas saíram penalizadas e desprestigiadas. Deve acrescentar-se referências a duas situações que envolvem também o poderio militar dos EUA, directa e indirectamente, com reiteradas provas de incapacidade para a resolução dos problemas pelas forças das armas: a aliança militar privilegiada com Israel e a luta contra o narcotráfico na Colômbia. Por último, restam as operações militares de envergadura da última dúzia de anos, duas delas com cobertura das Nações Unidas (no Iraque em 1991 e na Bósnia), uma com natureza de operação NATO (no Kosovo) e outras duas de iniciativa unilateral dos EUA, pilotando coligações *ad hoc* de aliados (no Afeganistão em 2001 e no Iraque em 2003).

Seria longo detalhar a análise de cada uma destas guerras, de modo que não é possível tratar aqui o tema em pormenor, mas é provável que esteja generalizada a percepção de que os Estados Unidos, apesar da gigantesca utilização de meios e da desproporção tecnológica entre os beligerantes, têm encontrado as maiores dificuldades em atingirem os objectivos políticos que motivaram a intervenção militar. Mesmo quando a vitória militar parece adquirida, os fins estão longe de serem alcançados: por exemplo, a derrota dos sérvios não impediu a limpeza étnica no Kosovo, só que ela reverteu a favor dos albaneses e em benefício das respectivas



máfias; a derrocada do regime taliban não permitiu a captura dos líderes procurados, nem sequer o controlo do Afeganistão, desestabilizado, fragmentado, reconvertido em narco-Estado. E a evolução da actual guerra do Iraque talvez seja o episódio mais eloquente desta aparente tendência para o declínio da eficácia dos meios violentos como forma de imposição de vontade. A confirmar-se uma tal tendência, que grande número de factos aqui inventariados torna admissível, as consequências serão enormes para o pensamento estratégico.

25 ANOS DE INTERVENÇÕES MILITARES NORTE-AMERICANAS

0. Saída norte-americana do Vietname (1975)

1. Intervenções menores contra países vizinhos (quase operações policiais...)

- a. Granada (Operação “Urgent fury” em 1983)
- b. Panamá (Operação “Just Cause” em 1989)
- c. Haiti (Operação “Suport Democracy” em 1994)

2. Raides punitivos

- a. Líbia (1986)
- b. Sudão (1998)
- c. Afeganistão (1998)
- d. Iraque (Operação “Desert Fox” em 1998)

3. Acções militares fracassadas

- a. Tentativa de recuperar os reféns no Irão (Operação “Eagle Claw” em 1980)
- b. Intervenção dos *marines* no sul do Líbano (1982-84)
- c. Intervenção na Somália (Operação “Restore Hope” em 1993)

4. Intervenções indirectas

- a. Apoio continuado ao esforço de guerra do Estado de Israel
- b. Apoio militar à luta contra o narcotráfico na Colômbia (nomeadamente desde 1999, com o *Plan Colombia*)

5. Operações militares em grande escala

- a. Primeira guerra contra o Iraque (Operação “Desert Storm” em 1991)
- b. Intervenção na Bósnia-Herzegovina, no quadro da ONU (1995)
- c. Operação contra os sérvios no Kosovo, no âmbito da NATO (1999)
- d. Guerra do Afeganistão contra os Taliban (Operação “Infinite Justice”, depois designada “Enduring Freedom” em 2001)
- e. Segunda guerra contra o Iraque (2003)

* Luís Moita

Vice-Reitor da UAL.